

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES DA PRAIA
Setor de Doc. e História Regional
CAMPINA GRANDE - PB.

MONOGRAFIA

**OS MECANISMOS DE APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE DA PEQUENA PRODUÇÃO DE
BATATINHA NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA – PARAÍBA.**

LUCIENE MARIA CANTALICE

CAMPINA GRANDE – PB

AGOSTO/1990

LUCIENE MARIA CANTALICE

OS MECANISMOS DE APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE DA PEQUENA PRODUÇÃO
DE BATATINHA NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA - PARAIBA

MONOGRAFIA SUBMETIDA A APRECIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA
EM _____

IVONY LÍDIA MONTEIRO SARAIVA (Orientadora)

CLAUDET COELHO GUEDES (Comp. da Banca)

ÉRICO MIRANDA (Comp. da Banca)

Campina Grande - Pb

Agosto/1990



Biblioteca Setorial do CDSA. Janeiro de 2023.

Sumé - PB

A LUIZ CANTALICE

E LUZIA BARROS

MEUS PAIS

EM ESPECIAL

À Rosalvo Ferreira Santos, Ontem, apenas colega de turma. Hoje, amigo de várias horas. Agradeço por exigir de mim e acreditar na elaboração deste trabalho. Pelas inúmeras discussões sobre o assunto. Pelo trabalho gratuito despendido junto, na pesquisa de campo. Pela entrega aos meus conflitos. Pela solidariedade nas horas mais difíceis do cotidiano e da vida acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos.

A G R A D E C I M E N T O S

O desenvolvimento deste trabalho não derivou de um ato solitário. É fruto da interação de conhecimentos e contribuições de várias pessoas.

De maneira geral, agradeço aos pequenos produtores de batatinha do município de Esperança, pela paciência em nos atender e colaboração em nos passar seus conhecimentos.

Aos professores do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba - Campus II, que foram muito importantes para minha formação acadêmica e, direta ou indiretamente, estão presentes neste trabalho.

Em particular:

À Ivony Lídia Monteiro Saraiva, minha orientadora, diretamente envolvida desde a elaboração do projeto de pesquisa. Obrigada pela dedicação e pelo incentivo;

À professora Claudet Coelho Guedes (pela co-orientação), pelas considerações feitas no projeto e pelas correções preliminares neste trabalho. Ao professor Érico Miranda que com a professora Claudet formam a banca examinadora.

Aos srs. José Antonio Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Esperança. Nivaldo Magalhães, presidente da APROBAPA - Associação dos Produtores de Batata da Paraíba e Técnico da Emater. João de Oliveira, gerente do Frigorífico da CIBRAZEM. Benedito de Oliveira, presidente da Cooperativa Agrícola Mixta de Esperança. Walter, responsável pela carteira de crédito rural do Banco do Brasil, agência de Esperança.

Ao amigo e colega de trabalho Arimatéa Souza, pela atenção em emprestar-me o gravador, importante para fidelidade das citações colocadas na monografia. Também a amiga Betânia Moraes.

Com destaque, agradeço a amiga Sonaly Amorim de Lima, que trabalhou conjuntamente, na mesma área. Isso permitiu uma participação mais efetiva durante a pesquisa de campo, tabulação dos dados e elaboração de tabelas; e ainda, nos momentos de descontração durante nossas longas caminhadas aos sítios, transformando os quilômetros em "entreatos" de divertimentos.

Í N D I C E

Agradecimentos	
Introdução	08
CAPÍTULO I - ASPECTOS METODOLÓGICOS	
- Problemática	10
- Objetivos	13
- Metodologia	14
- Revisão Bibliográfica	17
- Notas	22
CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ÁREA EM ESTUDO	
- Condições Edafoclimáticas:	
A) da Micro-região do Agreste	25
B) do Município de Esperança	28
- Estrutura Fundiária	
A) da Micro-região do Agreste	30
B) do Município de Esperança	31
- Notas	32
CAPÍTULO III - A PRODUÇÃO DE BATATINHA, A COMERCIALIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE - O CASO EM ESTUDO	
- Posse e uso da Terra - Produtores Pesquisados	34
- Aspectos da Produção - A Pesquisa	36
- A Comercialização	42
- A APROBAPA é a Cooperativa Agrícola Mixta: Como Atuam?	48
- Notas	55
Considerações Finais	57
Bibliografia	59
Anexos	62

I N T R O D U Ç Ã O

Esta monografia consiste na atividade de conclusão (da graduação) no curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, conforme exigência do currículo mínimo implantado pelo Conselho Federal de Educação através da disposição 11/84 assinada pela então Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz.

O tema é: "Os mecanismos de Apropriação do Excedente da Pequena Produção de Batatinha no município de Esperança-Paraíba." A escolha leva em consideração a importância que a referida produção assume no contexto da economia do município e do Estado da Paraíba.

A cultura da Batata-Inglesa (*Solanum Tuberosum* L.) é uma atividade, na área em estudo, bastante expressiva, sendo responsável pela ocupação de uma parcela ponderável de agricultores que se dedica ao cultivo e dele retira a sobrevivência, constituindo o sustentáculo da economia.

O trabalho está subdividido em três capítulos. No primeiro, encontram-se os aspectos metodológicos: o problema em estudo, os objetivos traçados, a metodologia adotada para se alcançar os objetivos e uma revisão bibliográfica, onde estão colocados de maneira sucinta, algumas considerações de estudiosos que abordam direta e/ou indiretamente o tema. No segundo capítulo estão delineadas as características gerais da área em estudo, à nível da micro-região do Agreste da Borborema e à nível particular, do município de Esperança. Finalmente, no terceiro a pequena produção de batatinha é abordada através dos dados captados via pesquisa de campo realizada com os pequenos produtores e outros agentes que envolvem o processo produtivo (intermediários, técnicos e dirigentes de entidades).

CAPITULO I - ASPECTOS METODOLÓGICOS

- Problemática
- Objetivos
- Metodologia
- Revisão Bibliográfica
- Notas

PROBLEMÁTICA

A partir de 1950 a economia brasileira é marcada por um novo padrão de crescimento, baseado na industrialização. Esse novo modelo impõe às bases agrícolas tradicionais, uma redefinição de papéis: por um lado, exige-se uma maior expansão das culturas de exportações e, por outro, a reorganização da pequena produção, para que esta cumpra as funções de auto-reprodução e de fornecedora de alimentos para o mercado interno, ampliado pelo novo panorama.

No contexto, a década de 60 constitui um marco histórico para o novo modelo, na medida em que consolida o desenvolvimento agroindustrial, com a difusão dos CAIs e acelera um processo de especialização da produção de alimentos para o mercado interno.

O Nordeste, dentro do novo quadro que se delineia na economia brasileira desponta, principalmente, como o meio especial onde se verifica, mais acentuadamente, o processo acima mencionada. Assim, o processo da especialização e suas implicações consiste no modelo pelo qual se intensificou o desenvolvimento capitalista no campo, em particular, no meio rural nordestino.

Como política econômica governamental, a especialização da pequena produção agrícola, traduzida na linha estruturalista do GTDN², era visto como uma estratégia de transformação da agricultura nordestina para resolver as questões de desníveis da estrutura agrária vigente e de ocupação dos espaços vazios. CARNEIRO, em estudo sobre a interpretação estruturalista contida no GTDN, diz que, "ao contrário do que postulava o referido documento, esta especialização não se fez através de uma organização da produção, seja a nível da estrutura agrária seja a nível espa

cial, (...) o que se observa é, de um lado, a intensificação da produção das culturas industriais nos grandes estabelecimentos e o surgimento da produção mercantil de alimentos nas pequenas propriedades", de outro.

O município de Esperança, área de estudo, insere-se no processo da especialização, com o cultivo da batata-inglesa. Esta é a atividade econômica mais expressiva do município e ele é o maior produtor do Estado da Paraíba.

Também, diferentemente do que pregava o GTDN, a produção especializada da batatinha em Esperança, não modificou a estrutura agrária do município, sendo a cultura desenvolvida em unidades de pequenas extensões de terras.

Segundo o Censo Agropecuário de 1985, o município conta com 1.739 estabelecimentos agrícolas, dos quais 1.640 inserem-se no estrato de menos de 1,0 a menos de 20,0 hectares, representando 94,29% do total, sendo que, para se espelhar melhor a situação, deve-se ressaltar que desses 1.640 estabelecimentos, 1.323 inserem-se no estrato de 1,0 a menos de 5,0 hectares. (Tabelas 1 e 2)

Por outro lado, a tabela 3 mostra que, no estrato de 2,0 a menos de 15,0 ha tem-se 75% dos produtores da amostra, os quais são proprietários de 39% do total da área declarada e ocupam, com batatinha, 64,1% da área explorada com o produto; enquanto que do estrato de 15,0 até 50,0 ha tem-se 25% dos produtores, que são donos de 61% da área total declarada e ocupam apenas 36% da área com batatinha. Portanto, segundo levantamentos da pesquisa, relativamente ao módulo rural³ do município, 12,0 ha, a produção de batatinha em Esperança é de responsabilidade dos pequenos proprietários.

A produção de batatinha na área em estudo, como se pode

visualizar através dos dados secundários e ratificados pela pesquisa de campo, está associada à problemática da estrutura agrária nordestina, que é, predominantemente, concentracionista/minifundista e ao mesmo tempo à problemática que tanto ocupa lugar nos debates acadêmicos, a questão da pequena produção familiar.

A produção da batata-inglesa insere-se neste contexto, desde o seu início como uma produção mercantil, ou seja, voltada para o mercado. O elo entre a unidade produtora e o mercado, ou seja, a realização da produção, se faz através da ação de uma rede de intermediários que corporifica o capital comercial e se apropria do excedente⁴ produzido. Essa dominação, que é o objeto de estudo neste trabalho, para CARNEIRO⁵, aparece como uma tendência que se verifica em uma economia de pequenos produtores que inicia um processo de mercantilização.

Para KAGEYAMA, "a dominação do capital mercantil sobre a produção agrícola se associa com o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e portanto, com o baixo grau de modernização na atividade agrícola. Nas situações em que é hegemônico, o capital mercantil, tende a perpetuar o quadro de atraso técnico e social da agricultura, embora ambos estejam inseridos numa estrutura dinâmica maior"⁶

O centro das preocupações, nesse estudo, é a compreensão do funcionamento da pequena produção agrícola de batatinha, por estudo de caso, e, mais particularmente, da análise dos mecanismos de apropriação do excedente produzido.

OBJETIVOS**Geral:**

Estudar os Mecanismos de Apropriação do Excedente da Pequena Produção de Batata-Inglesa do Município de Esperança-Paraíba.

Específicos:

- conhecer a estrutura fundiária, identificando a situação de posse e uso da terra, caracterizando a pequena propriedade;
- estudar a estrutura da comercialização;
- avaliar as condições de acesso ao crédito;
- analisar o papel do intermediário no processo de apropriação;
- observar a atuação da APROBAPA e Cooperativa Agrícola frente a ação da rede de intermediação.

M E T O D O L O G I A

O presente trabalho foi desenvolvido com utilização de dados primários, secundários e através de revisão bibliográfica.

Os dados primários foram obtidos em pesquisa de campo, no período de abril a junho de 1990, mediante aplicação de questionários e entrevistas abertas, com apoio do gravador.

O universo de pesquisa é composto de produtores de batatinha do município de Esperança - Agreste da Borborema, do qual extraiu-se uma amostra de trinta e dois produtores o que representa cerca de 9,1% dos produtores do município e que estão associados à APROBAPA. A escolha foi feita priorizando localidades que englobam maior número de produtores. Chegou-se a definição por elas através de conversas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, por ocasião de visitas preliminares feitas à área.

O questionário aplicado aos produtores abrange questões da produção e comercialização. (Em anexo)

A amostra engloba produtores das seguintes localidades:

- Sítio Timbaúba (6)	- Sítio Bela Vista (2)
- Sítio Logradouro (6)	- Sítio Cruz Queimadas (1)
- Sítio Meia Pataca (5)	- Sítio Umburanas (1)
- Sítio Pintado (3)	- Sítio Maniçoba (1)
- Sítio Quebra Pé (3)	- Sítio Lajeão (1)
- Sítio Cajueiro (3)	- Sítio Velho Acari (1)

Outra parte da pesquisa na qual foram obtidos dados primários refere-se aos contatos com os intermediários que são responsáveis por grande parte da comercialização da Produção. Com eles fez-se entrevistas abertas.

Também foram entrevistados, o responsável pela cartei-

ra de crédito agrícola, para avaliação das condições de acesso ao crédito; o presidente da APROBAPA - Associação dos Produtores de Batata da Paraíba, para conhecer a atuação desta frente à organização dos produtores; o presidente da Cooperativa Agrícola Mixta de Esperança, a fim de analisar a posição da instituição frente à atuação dos intermediários, no processo de apropriação do excedente; o gerente do Frigorífico da CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenagem, para informações sobre o processo de armazenagem da batata-semente e os seus custos; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e o técnico da EMATER. Desse modo o total de pessoas entrevistadas soma cinco.

Os dados secundários, foram obtidos, preliminarmente, no período de elaboração do projeto de pesquisa, junto ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, onde coletou-se dados censitários sobre a estrutura agrária do município. Depois, também junto ao mesmo órgão, obteve-se dados de quadros estatísticos e censos, sobre a micro-região da Borborema e o município. Junto ao INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, conseguiu-se dados mais atualizados sobre a estrutura fundiária do município de Esperança.

Faz-se mister ressaltar que a pesquisa foi sobrecarregada de grandes dificuldades, sem ajuda financeira de qualquer órgão. O trabalho foi executado com a participação de dois colegas de curso, um dos quais está também em elaboração de monografia, com pesquisa no mesmo universo, abordando a questão da modernização da Produção.

As dificuldades de financiamento limitou a pesquisa, principalmente, quanto à sua abrangência, no que tange estender a análise à nível dos demais agentes que formam a cadeia de comercialização, do produtor direto ao consumidor. Optou-se, por

isso, trabalhar apenas com os intermediários que moram em Esperança. Além disso, sentiu-se dificuldades de acesso às localidades. A pesquisa foi desenvolvida sem qualquer meio de transporte dentro do município onde foi efetuada.

Importante colocar também a dificuldade de extrair dos produtores dados referentes a custos da produção do ano passado. Não se conseguiu verificar os custos com insumos, fertilizantes, armazenamento e frigorificação, ficando, assim, sacrificado, um dos objetivos traçados no projeto. Os produtores não têm controle contábil dos custos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As polarizações do debate clássico acerca do desenvolvimento capitalista na agricultura podem ser apresentadas pelos textos principais de Lênin, Chayanov e Kautsky, uma vez que foi principalmente nesta forma que o debate influenciou as discussões subsequentes. Para efeito deste trabalho coloca-se aqui, de maneira sucinta, o pensamento desses três autores e de outros que se destacam pelos seus entendimentos sobre o assunto, na atualidade.

Lênin analisa a questão partindo do pressuposto de que a pequena produção mercantil constitui uma categoria de transição que, sob o impacto do desenvolvimento capitalista deve se dissolver em trabalho assalariado ou ser transformada em exploração capitalista. Para ele, "o velho campesinato, está deixando de existir, deslocado por tipo de população rural totalmente novo, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista. Estes tipos são a burguesia rural (pequena burguesia, principalmente, e o proletariado rural; a classe dos produtores de mercadoria na agricultura e a classe dos trabalhadores agrícolas assalariados". (LENIN, 1981).

Kautsky, grosso modo, vê o Modo de Produção Capitalista como modelo único da produção em "toda face da terra". E, portanto, considera a pequena produção como inerente ao desenvolvimento capitalista. O centro de sua idéia consiste em que a agricultura desenvolve-se subordinada à indústria e, assim sendo, as transformações ocorridas no interior da Pequena Produção se dão como decorrência da expansão industrial.

Alexander Chayanov, principal expoente da tendência conhecida com o nome de "Escola Para Análise da Organização e Produção Camponesa", discute a necessidade de se construir uma teoria

que parta do pressuposto de que a economia camponesa não é tipicamente capitalista. Assim entendido, não se pode determinar objetivamente os custos de produção por ausência de salários. Portanto, o retorno que obtêm o camponês não é lucro. "O excedente conseguido é uma retribuição do próprio trabalho camponês e de sua família". Para Chayanov, "O trabalho familiar é a única categoria de renda possível para o camponês ou um artesão, por que não existe o fenômeno dos salários e, por tal motivo também está ausente o cálculo capitalista do lucro".⁷

Kostas Vergopoulos defensor da tese da articulação concebe a agricultura camponesa como uma forma recriada pelo capitalismo moderno, a ele articulando-se de modo exemplar. "A agricultura camponesa atual não constitui uma esfera capitalista. Ela apresenta, simplesmente, o insólito aspecto de um capitalismo sem capitalista".⁸

Para José Graziano da Silva, autor brasileiro, "a pequena produção está inserida no capitalismo como parte dele mesmo, como forma adequada ao movimento de acumulação. (...) Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou um camponês, no sentido clássico. É pelo contrário, uma forma coerente de reprodução do próprio capital via um "novo camponês" que nada mais é do que um trabalhador para o capital". (SILVA, 1982)

A pequena produção é, segundo Graziano da Silva, caracterizada pela presença de pequenas unidades familiares nas quais o trabalho familiar prepondera e temporariamente, se contratam trabalhadores assalariados. Não sendo independente, esta forma de produção tem um alto grau de participação no mercado, seja através da venda de produtos, seja na compra de insumos. O caráter mercantil da pequena produção está na sua vinculação ao mercado, e através da circulação capitalista de mercadorias se materializa

as formas concretas de extração do excedente gerado pelos campeneses.

Para efeito deste trabalho faz-se necessário colocar - além dos autores acima citados, que tratam do desenvolvimento capitalista na agricultura -, posições de alguns autores que tratam o tema através de estudos a nível específico da região Nordeste e que, nessa linha abordam a atuação do capital mercantil como integrante do processo.

Otamar de Carvalho entende que os problemas básicos da agricultura do Nordeste decorrem da concentrada estrutura agrária e da inadequada estrutura de financiamento e comercialização da produção. Nessa perspectiva, o autor coloca que o processo de concentração está subordinado ao processo de geração e apropriação da renda da terra no Nordeste. Quanto a estrutura de financiamento e comercialização da produção agropecuária, tem a ver "com o movimento do capital comercial, como capital-dinheiro (usurário ou não) ou como capital mercadoria, dentro e fora da esfera da circulação, subordinando, em muitos casos, o embrionário e frágil capital produtivo local".

Para Carvalho "o capital mercantil continua atuando como agente do capital produtivo, especialmente do de origem extra-regional, desde a circunstância de a economia haver se integrado de forma mais completa à economia nacional.

A estrutura da comercialização no Nordeste é caracterizada pela presença de uma rede de intermediários que engloba desde grandes proprietários de terras (quando financiam a produção e a-gem como compradores desta), comerciantes em geral, até donos de indústrias de beneficiamento, no caso de alguns produtos. Com base na ação da rede de intermediários q ue resultam as amplas mar-gens de comercialização de que se beneficiam os comerciantes, em prejuízo dos produtores rurais, notadamente os pequenos proprietá

rios e os que não tem terra.

Nas palavras de Carvalho, "o caráter perverso da face conservadora do capital comercial aparece na medida em que viabiliza e no modo como fomenta a existência de tão extensa rede de intermediários entre a produção e o comércio, a nível do consumidor final; e como dá suporte à estrutura de poder conservador que prevalece na região"⁹

Para Ricardo Carneiro é possível generalizar algumas tendências no que diz respeito à dominação do capital mercantil. Para ele, não há como discordar de que, "lógica e historicamente, uma economia de pequenos produtores que inicia um processo de mercantilização, seja um campo fértil para a dominação do capital mercantil como apropriador do excedente produzido"¹⁰

Angela Kageyama a respeito das relações entre a modernização agrícola e a dominação do capital mercantil entende que, o capital mercantil está subordinado ao capital industrial, mas regionalmente, ele domina atividades específicas, destacando-se aquelas ligadas à produção agrícola.

Para Kageyama, "a dominação do capital mercantil sobre a produção agrícola se associa com o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto com baixo grau de modernização na atividade agrícola. Nas situações em que é hegemônico, o capital mercantil, tende a perpetuar o quadro de atraso técnico e social da agricultura, embora ambos estejam inseridos numa estrutura dinâmica maior. (...) Tanto as características da modernização agrícola quanto os tipos de relações estabelecidas a partir do capital mercantil estão condicionados pela dinâmica própria da acumulação de capital global e regional".

Concluindo, Kageyama expressa que "nos casos mais frequentes da agricultura brasileira a presença do capital mercantil

dominante, se associa a uma baixa tecnificação e a relações sociais não tipicamente capitalistas na agricultura, o que é favorecido por outros condicionantes, como a concentração fundiária, a estrutura de crédito e dos subsídios e da política agrícola mais geral" ¹⁾

N O T A S - CAPÍTULO I

- (1) - Pequena Produção é considerada aqui, a produção baseada no trabalho familiar, com utilização temporária de mão-de-obra assalariada e que tem como objetivo a reprodução do produtor e da própria unidade de produção.
- (2) - GTDN - Uma Política de Desenvolvimento Para o Nordeste. Ministério do Interior - SUDENE. 2ª Edição. 1967.
- (3) - Módulo Rural - Corresponde a área de propriedade familiar definida como o imóvel rural que, direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social econômico, com a área mínima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalha com ajuda de terceiros. (Art. 4º inciso III da Lei nº 4.504 de 30.11.64, conhecida como Estatuto da Terra. O módulo rural para o município de Esperança é de 12 ha.
- (4) - Excedente é entendido nesta pesquisa como a parte que ultrapassa as necessidades de reprodução do produtor.
"Todo o acréscimo da produtividade do trabalho para além do próprio sustento, cria a possibilidade de um excedente". (Mandel. Pg.13)
- (5) - Ver. Capitalismo e Pequena Produção na Agricultura do Nordeste. Dissertação de Mestrado. 1978. Carneiro faz uma reflexão crítica a clássica interpretação estruturalista contida no GTDN.
- (6) - As argumentações de Angela Kageyama contidas neste trabalho foram extraídas de sua tese de doutorado: A Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura - Uma Análise Regional. Cap. 1. Características Gerais da Modernização Agrícola no Brasil.

- (7) - Citado por Eduardo P. Archetti, in: Economia Camponesa: Chayanov ou Marx? Cadernos Brasil em Debates.
- (8) - Ver Vergopoulós. A Questão Agrária e o Capitalismo. Pg. 159.
- (9) - Ver nota 5
- (10) - Ver nota 6

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS GERAIS
DA ÁREA EM ESTUDO

- Condições Edafoclimáticas
 - A) da Micro-região do Agreste da Borborema
 - B) do Município de Esperança
- Estrutura Fundiária
 - A) do Agreste da Borborema
 - B) do Município de Esperança
- Notas

A) - CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS E ECONÔMICAS
DA MICRO-REGIÃO DO AGRESTE DA BORBOREMA

A micro-região do Agreste da Borborema está situada na porção norte Oriental do Planalto da Borborema sendo composta por doze municípios: Areial, Campina Grande, Esperança, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Montada, Pócinhos, Puxinanã, Queimadas, Remígio e Solânea.

Esta micro-região possui uma área de 3.661 Km² e uma população estimada em 490.602 habitantes e densidade demográfica de 134 hab/km². Densidade demográfica que é consideravelmente superior a do Nordeste (18 hab/km²) e da Paraíba (42 hab/km²). Vale ressaltar que nessa micro-região está inserida o segundo município em população do Estado da Paraíba e seu principal centro comercial, Campina Grande.

Campina Grande destaca-se na micro-região pela influência que exerce sobre os demais municípios, tendo sua história ligada ao comércio e a produção algodoeira, a cidade tornou-se, já nos fins do século XIX, a principal cidade do interior nordestino.

A significação econômico-social da micro-região é refletida pelo lugar que Campina Grande ocupa nesse cenário. Por exemplo, a elevada densidade demográfica característica do Agreste espelha a concentração populacional naquele centro urbano, dados os contingentes populacionais que vinham em busca de melhores oportunidades advindas do comércio.

O Agreste da Borborema é uma região de transição, com clima condicionado pela altitude, menos quente e úmido do que o e mais úmido do que o Cariri, sofrendo influências das duas áreas. Durante o ano as temperaturas variam muito pouco mas as amplitudes diurnas são consideráveis. As médias anuais compreen

dem valores entre 22°C e 26°C, sendo julho e agosto os meses mais frios atingindo temperaturas até 17°C.

A umidade maior é no setor Oriental, acusando cerca de 70% enquanto que no setor mais seco ela oscila entre 60 e 65%. As médias pluviométricas anuais estão situadas em torno de 700-800 mm podendo variar de ano para ano.

A estação chuvosa começa em fevereiro-março e prolonga-se até julho-agosto, sendo os meses de junho e julho os mais chuvosos.

Na Agricultura, as culturas temporárias prevalecem. Só no município de Focinhos a agave é responsável pelo maior peso das culturas permanentes. No conjunto da micro-região, as temporárias alcançam a quase 70% do valor da produção, restando 12% para as permanentes. Enquanto a pecuária alcança 18% do valor da produção.

As principais culturas temporárias são o algodão herbáceo, consorciado com milho e feijão, a mandioca e a batatinha. Dentre as permanentes, a micro-região cultiva a agave e diversas fruteiras.

Dentre os tubérculos alimentares, a batata-inglesa ocupa posição de destaque no município de Esperança, principal produtor do Estado e estende-se aos seus vizinhos Areial, Montadas, Puxinanã e Lagoa Seca.

Na pecuária destaca-se o rebanho bovino, principalmente o de Campina Grande, havendo no município uma usina de pasteurização. Neste município também destaca-se o setor industrial, que é responsável pela sua representação a nível da micro-região. Inclusive sedeia a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. Considera-se como principais, as indústrias de transformação: massas, calçados, artefato de couro, sabão, sacaria e papel.

No comércio destacam-se os municípios de Esperança e Campina Grande, onde as feiras-livres ganham importância. O de Campina Grande ocupa a dianteira, situando-se em lugar inédito na comercialização nacional de produtos agrícolas, pois é a única cidade do interior brasileiro que conta com uma Central de Abastecimento - a CEASA.¹

B) DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA -

O município de Esperança está localizado na micro-região do Agreste da Borborema, na Paraíba. Tem uma área de 139 km², com uma população de **26.675** habitantes e densidade demográfica de a aproximadamente, 192 hab/km².

As coordenadas geográficas estabelecem a posição do município 7°01'07" de longitude Sul e 35°51'26" de latitude Oeste. Limita-se ao Norte com Remígio; ao Sul com São Sebastião da Lagoa de Roça, Areial e Montada; ao Leste, com Alagoa Nova e Areia; ao Oeste com Areiaã e Pocinhos.

O inverno no município, tem seu início em fevereiro, terminando em agosto, com precipitações atingindo os 700 mm. Durante este período, o clima apresenta-se frio e úmido e, temperado, no verão. A temperatura oscila de 16 a 28 graus centígrados. O inverno é bastante variado, com chuvas finas e esparsas.

Historicamente, não se sabe, ao certo, o dia, ano ou época da colonização do atual município de Esperança.

Os primeiros habitantes, os Índios Cariris, residiam no local e resistiram à ação dos colonos portugueses que chegaram na região para dominar os gentios e se apossar da terra. No entanto, os indígenas foram violentamente acossados, interiorizando-se e deixando todas as terras para os novos proprietários que, sob o argumento de utilização do reservatório de água potável, situado na área e usado pelos primitivos habitantes, ali resolveram fixar residência.

Assim, o português, Marinheiro Barbosa, edificou próximo ao reservatório chamado Tanque do Araça, sua casa, no lugar, hoje conhecido por Beleza dos Campos, atual rua Barão do Rio Branco, a

possando-se, dessa forma, de toda área, hoje, a cidade de Esperança.

Em 1872, conforme registros documentais, o atual município já era chamado Boa Esperança.

No dia 30 de Maio de 1908, foi criada a freguesia de Esperança. E, através da Lei nº 624 de Dezembro de 1925, foi elevada à categoria de Município desmembrado de Alagoa Nova e instalado em 31 de Dezembro do mesmo ano.

As riquezas minerais do município resumem-se à extração de Xelita e Argila, existindo também, Pedra Calcárea, atualmente sem exploração.

A devastação florestal eliminou por completo a flora, existindo assim, no município, plantações de batata, feijão, milho, mandioca, sisal, frutas cítricas.

Na fauna, subsistem os seguintes animais: Tatú, Preá, Tiguaçu, Camaleão, Inambu e Rolinha.

Na Agricultura o destaque é para o cultivo de batatinha, o de maior expressão.

De 1931 a 1935 foram feitas as primeiras plantações de batatinha na região, com as seguintes variedades: Francesa Branca, Francesa Roxa, Argentina, Holandesa, Gigante, Marita, Dinha Xata e Delta Alemã. Estas variedades foram utilizadas por 25 anos. Depois apareceram as seguintes: Radosa, Triburgo, Consurrase e, hoje, as variedades atuantes são: Aracy, Baraka, Aracy Básica, Monalisa e Delta-S.

Esperança desenvolveu-se no setor comercial desde a sua emancipação política, sendo a cidade 'Polo do Brejo da Paraíba', no escoamento das mercadorias como cereais, que ocorre, principalmente para as cidades de Campina Grande, Patos, Sousa, Juazeirinho e Soledade e para os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA
A) DO AGRESTE DA BORBOREMA

Na micro-região do Agreste da Borborema verifica-se o predomínio de pequenos estabelecimentos³ ao lado de grandes estabelecimentos, concentrando estes a maior parte de terras.

De acordo com os dados censitários do IBGE referentes ao ano de 1989, pode-se observar que a micro-região possui 319.875 ha distribuídos em 26.825 estabelecimentos, sendo que a classe dos que estão no estrato de menos de 10,0 ha corresponde a 87,9% do total de estabelecimentos, ocupando apenas 17,1% do total da área. Enquanto que, a classe de estabelecimentos de 100 a menos de 1000 ha corresponde a 1,9% do total dos estabelecimentos apropria-se de 41,4% da área total.

Pode-se visualizar também que a classe de 10,0 a menos de 100,0 ha correspondente a 10,1% do total dos estabelecimentos ocupam 22,3% da área total, e, ainda, na de 1000,0 a menos de 10.000,0 ha tem-se 0,1% dos estabelecimentos que ocupam 19,2% da área total. Para melhor entender a situação pode-se dizer que de 10,0 a menos de 1000,0 ha correspondem a apenas 12% do total dos estabelecimentos declarados, os que apropriam-se de 63,7% da área total.

Assim, numa análise geral desses dados do IBGE, pode-se inferir que a micro-região do Agreste da Borborema tem sua estrutura fundiária bastante concentrada onde se encontra um elevado número de pequenos estabelecimentos convivendo com um reduzido número de grandes estabelecimentos.

B) DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA =

Para se espelhar melhor o quadro sobre a estrutura agrária da área em estudo - o município de Esperança -, optou-se pela utilização dos dados do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -, que trabalha com o conceito de Imóvel rural,⁴ a fim de se proporcionar uma idéia mais aproximada da realidade, na medida em que este prioriza a unidade de propriedade jurídica territorial (espacial) de posse.

Dentro da micro-região do Agreste da Borborema, o município de Esperança se enquadra nas características da estrutura agrária da região, onde predomina, por um lado, a concentração de terras e por outro, o fracionamento em inúmeras unidades de propriedades.

Segundo os dados do INCRA, (tabela 6), pode-se visualizar a concentração da propriedade fundiária, onde os minifúndios⁵ ou seja, os imóveis rurais com área inferior a um módulo rural que é 12 ha, são predominantes, correspondendo a 84,5% dos imóveis rurais e ocupam 29% da área total apropriada, enquanto que os latifúndios por exploração,⁶ que em número correspondem a apenas 10,5% e ocupam 46,8% da área total.

Em relação a área média pode-se visualizar a discrepância entre os minifúndios e os latifúndios por exploração. Os primeiros tem uma área média de 3,5 ha e os segundos possuem uma área média de 46,8 ha.

As empresas rurais,⁷ em número, representam apenas 5% do total. No entanto, embora pareçam relativamente inexpressivos, esses 5% detêm 24,2% da área total dos imóveis. Esses dados representam, o reforço da afirmação de que uma predominante concentração se apresenta no município.

N O T A S - CAPÍTULO II

- (1) - Os dados e considerações sobre a micro-região do Agreste da Borborema foram extraídos do Livro Dinâmica das micro-regiões de intensa atividade migratória, coordenado por Manoel Correia de Andrade e Gisélia Franco Potengi. Vol. 2.
- (2) - Esta população é uma estimativa, tomando como referência os dados do IBGE. 1980. Os demais dados sobre as características de Esperança foram extraídas do Livro Município de Esperança. Mobraal. 1983.
- (3) - Estabelecimentos é considerado pelo IBGE como sendo todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação, formado de uma ou mais parcelas, subordinados a um único produtor, onde se processo uma exploração agropecuária.
- (4) - Imóvel Rural - entendido como "o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja sua localização que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização que através de iniciativa privada" de acordo com o artigo 4º, inciso I, da Lei nº 4.504 de 30.11.64. Brasil. INCRA.
- (5) - Minifúndio significa quando tiver área agricultável inferior à do módulo rural fixado para a respectiva região e tipo de exploração.
- (6) - Latifúndio por exploração - quando mesmo não excedente o limite de seiscentos vezes a área dos imóveis rurais na respectiva zona, mas tendo área agricultável igual ou superior a dimensão do módulo rural na respectiva zona, seja mantido inexplorado em relação as possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio com fins especulativos.
- (7) - Empresa Rural - imóveis cuja extensão varia de um a seiscentos módulos regionais e são fracionadamente exploradas"

CAPÍTULO III - A PRODUÇÃO DE BATATINHA, A
COMERCIALIZAÇÃO E APROPRIA
DO EXCEDENTE - PRODUTORES
PESQUISADOS

- Posse e uso da Terra - A Pesquisa
- Aspectos da Produção
- A Comercialização
- A APROBAPA e a Cooperativa Agrícola Mixta:
Como Atuam?
- Notas

POSSE E USO DA TERRA
A PESQUISA

Inicialmente faz-se mister explicar que foram ouvidas 32 pessoas, das quais 27 são proprietários e 5 são moradores-usufrutuários.¹

Com base nos dados da pesquisa, pode-se observar, pela tabela 3, que 21,7% da área total declarada encontra-se fracionada entre 56,2% dos produtores da amostra que fazem parte do grupo de área de 0 a menos de 10,0 ha. Isso significa que mais da metade dos produtores da amostra se enquadram num grupo de área menor que o módulo rural para o município que são 12 hectares.

Noutro extremo tem-se que 24% do total da área declarada são de propriedade de apenas 6,3% dos declarantes. Esse índice, em termos absolutos representa dois produtores, que estão dentro do grupo de 40,0 até 50,0 ha.

Ainda, para uma melhor demonstração do quadro fundiário * captado pela pesquisa, pode-se inferir que 81,2% dos amostrados, a grande maioria, portanto - detém 48% do total da área, enquanto que 18,9% detém 52%. Vale ressaltar que os 81,2% estão inseridos no grupo de área de 0 a menos de 20,0 ha e os 18,9% estão dentro do grupo de área de 20,0 até 50,0 ha.

Guardando as devidas limitações que a pesquisa impõe, pode-se admitir, com reforço também dos dados secundários, que no município de Esperança a Estrutura fundiária apresenta-se bastante concentrada sendo uma minoria detentora de elevadas extensões de terras e um elevado número de proprietários dispõem de, relativamente, pequenas propriedades? Além disso, comparado com os dados da micro-região do Agreste da Borborema, da qual faz parte o município de Esperança, avalia-se que este é * bastante representativo no que tange a situação concentracionista da estrutura fundiária. a

O acentuado fracionamento em pequenas propriedades, caracteristicamente marcante no quadro fundiário do município, parece condicionar - além de fatores de ordem natural, como clima e solo - os tipos de produtos a serem cultivados. Assim, além da batatinha - que é o produto comercialmente mais importante - verifica-se que a maioria dos produtores plantam feijão, algodão, erva-doce, milho, machacheira, mandioca como culturas complementares, destinados tanto a comercialização como ao consumo.

Há algum tempo, plantava-se a batatinha, basicamente, consorciada com o algodão, que era também um produto comercialmente significativo. Porém, como se observou, houve uma diminuição acentuada da produção de algodão devido a praga do bicudo que destruiu os algodoeiros em todo o Estado da Paraíba. Hoje, verifica-se que há também a prática consorciada da batatinha com feijão, milho e erva-doce.

O cultivo desses produtos se dão em pequenas unidades. A batatinha é cultivada em áreas que não ultrapassam 8,0 hectares, sendo a média das áreas declaradas, 5,8 ha entre os pequenos proprietários. Nas médias e grandes propriedades encontra-se a prática da pecuária ocupando, relativamente, áreas maiores que as destinadas às culturas alimentares e muito maiores que as destinadas à batatinha.

ASPECTOS DA PRODUÇÃO DE BATATINHA

- DADOS DA PESQUISA -

A produção de batatinha no município de Esperança constitui-se numa economia de pequenos produtores. É pequena produção mercantil, ou seja, voltada predominantemente para o mercado. A venda da produção representa para o produtor, a maneira pela qual ele obtém a renda que lhe permite ^a comprar os bens de consumo. Embora se constate que há também produção de outros produtos, a batatinha representa o de maior rentabilidade. Feijão, milho e mandioca, são produtos que se destinam para o consumo da unidade familiar, ^{sendo vendida} acontecendo a venda desses produtos, para a maioria, eventualmente e muitas vezes, ^{ndo} não chega sequer a complementar o consumo da família, sendo necessário ir ao mercado adquirí-los, conforme detectou-se.

A produção de batatinha é, portanto, a responsável pela reprodução da unidade produtiva. Essa produção, ao mesmo tempo que reproduz a unidade cria um excedente.

O excedente não é uma coisa fortuita na produção de batatinha, é sim, criado a cada ciclo produtivo, pelas condições sociais médias de produção. Considera-se como condições médias de produção de batatinha no município de Esperança, o trabalho despendido em média de aproximadamente 10 horas/homens/dia durante 6 dias semanais e as condições inerentes, hoje, à produção, ou seja, o acesso ao pacote técnico exigido (adubos, fertilizantes, semente selecionada), frigorificação e crédito rural.

Vale lembrar, mais uma vez, que a amostra pesquisada, com põe-se de 32 produtores; dos quais 27 são proprietários e 5 são moradores usufrutuários. Pode-se ver pela tabela 3 que esses 5 moradores usam unidades produtivas enquadradas no estrato de 0 a menos de 20,0 hectares.

* fonte ?

O trabalho nas unidades produtivas é desenvolvido à base da mão-de-obra familiar e, complementarmente, contrata-se trabalhadores assalariados; sobretudo nas épocas de plantio e colheita. A tabela 7 mostra que 78,1% dos pesquisados trabalham com mão-de-obra familiar mais diaristas; sendo que 40,6% desses utilizam toda família mais diaristas e 37,5% utilizam parte da família mais diaristas. Por outro lado tem-se que 6,2% dos amostrados utilizam só a família; estes compõem o grupo de menor estrato da área. Também verifica-se que 9,4% faz uso de trabalho assalariado, pagando por empreitada.

Interessante acrescentar que o trabalho familiar se constitui a base da manutenção da unidade produtiva uma vez que está presente não só em todas as fases do cultivo da batatinha, bem como nas das outras culturas. A mão-de-obra diarista é contratada pela maioria, basicamente, para o trato da terra, na época de plantio, para fazer 'a limpa', o 'sacho' etc., e na época da colheita para agilizá-la, dado que há necessidade de rapidez nesta fase por se tratar de um produto bastante perecível.

O trabalhador assalariado tem uma carga média de 8 horas diárias durante 5 dias semanais. O trabalho familiar, mais particularmente o do chefe da família atinge uma média de 10 horas diárias. Mas, na verdade, como explica um produtor: "não tem horário certo para eu trabalhar, num sabe, por que eu sou o dono do trabalho, num sabe. De manhã, às vezes, antes do dia clarear eu me levanto (...) quando o trabalhador chega para trabalhar que ele chega a seis e meia assim, se eu fosse botar o serviço que eu tenho feito no correr do dia, ele não fazia, por que o trabalho é meu, num é?". Constatou-se que a média do trabalho desenvolvido na unidade produtiva nos 5 dias e meio - são os dias de trabalho na época de pique - pelos diaristas e pela mão-de-obra familiar é de 10 horas.

O cultivo da batatinha é, na sua totalidade, realizado com enxada sendo também comum, na maioria dos produtores o uso de cultivador.

O caráter mercantil da produção de batatinha faz com que, cada vez mais, o produtor tenha que se adequar às novas exigências do próprio desenvolvimento da cultura. Hoje, para ser produtor de batatinha é necessário o uso de um pacote técnico (insumos modernos, fertilizantes, defensivos). Pela tabela 8 tem-se que todos os entrevistados usam adubo orgânico; 96,8% usam químico e orgânico. Além disso, os produtores também tem que se equipar de máquinas pulverizadoras a fim de defender a plantação contra as pragas comuns ao produto. A batatinha é um produto muito sensível a doenças, entre elas as mais comuns são: queima, re-queima e pinta preta. A prática da pulverização é extremamente necessária, sendo utilizada pela grande maioria dos pesquisados.

A necessidade de utilização desse pacote técnico implica, para o pequeno produtor de batatinha, na elevação, cada vez maior, dos custos de produção e isso leva a que se utilize os insumos em quantidades suficientes ou não, fazendo oscilar os índices de produtividade. Ver-se pela tabela 8 que 20 produtores usam suficientemente e 10 usam em quantidade insuficiente. Vale ressaltar que, embora 68,7 tenham declarado que fazem uso do pacote de maneira suficiente, apenas 9,4% inseridos no estrato de 7,0 até 8,0 ha o faz na sua totalidade por estrato, sendo esses os que apresentam melhor produtividade média.

Também é de extrema importância para o pequeno produtor de batatinha a frigorificação³ da batata-semente. A frigorificação da batata-semente assegura a possibilidade de boa produtividade, se levado em conta condições normais de inverno e de uso suficiente de insumos. No entanto, segundo conseguiu-se verificar, atra

vés da pesquisa, para a maioria, os gastos com frigorificação são os de maior peso e as normas de prazo para pagamento constituem-se na grande preocupação, pois os produtores têm de pagar os serviços ao frigorífico quinzenalmente, ou senão, ficam sujeitos a taxaço de correço monetária, como atestou um produtor: " tem u ma CIBRAZEM para os agricultores, a melhor do Brasil, também fi cou de um jeito da gente se servir pouco por que com juro e corre ço monetária a gente vai pagar o armazenamento quinzenal, v você sabe, é quinze dias e mensal é trinta dias. Então, se a luz elétri ca de sua casa, você paga mensal, a água mensal (...) então eu eu posso armazenar minha batata lá e pagar mensal, mas não, é quinze nal. Com a inflação subindo a gente pagando de quinze e quinze, pa gando, pagando fica todo mundo em desespero".

O acesso ao crédito rural significa para a maioria dos produtores, a efetiva possibilidade de fazer uso do pacote técnico.

Segundo os dados da pesquisa (tabela 9), dos 32 produtores da amostra, 56,2% conseguem o crédito institucional do Banco do Brasil. Mas, desses, 12,5% não conseguem todos os anos. Ainda, da amostra, 43,7 nunca conseguem. Note-se que embora mais da metade consiga, o número dos que não conseguem é bastante significativo. Esses, justificam que não conseguem ou não procuram devido a falta de segurança para a quitação do débito que se eleva bastante com o processo inflacionário vigente no país. Por outro lado, verifica-se por parte dos produtores, reclamações quanto ao tempo de liberação do empréstimo. A demora implica em consequências danosas para a atividade dos produtores, na medida em que eles não têm condições de comprar os insumos necessários à produção. A demora representa o retardamento do plantio e conseqüentemente em implicações sérias, quanto a produtividade. Por exemplo, pergunta

do se usava os adubos em quantidade suficiente, um produtor respondeu: "rapaz, não é tão bem suficiente, por que é o seguinte: esse banco libera, não libera. A gente fica na dúvida, mas há três anos atrás o Banco liberou dinheiro e a gente botou tudo à ontade". É interessante observar pela tabela 9 que, no menor estrato, de 0,5 a menos de 1,0 ha plantado com batatinha, os produtores não tem acesso ao crédito. No estrato de 1,0 a menos de 2,0 ha planta do com batatinha, no qual estão 34,4% dos produtores, 12,5% conseguem empréstimo e, no estrato de 7,0 até 8,0 ha plantados com batatinha todos tem acesso ao crédito institucional. Essa amostra é de interesse se se leva em consideração que nela estão os três produtores que conseguem maior produtividade.

Procurou-se por outro lado, certificar-se junto ao responsável pela carteira de crédito rural do Banco do Brasil, do processo de liberação do empréstimo aos pequenos produtores da região. Segundo informações do agente, o empréstimo é liberado após analisar a ficha cadastral dos produtores, observando os dados referentes ao tamanho da propriedade, a quantidade plantada e as relações dos produtores com o banco, se no empréstimo passado ele pagou no tempo devido. Quanto ao atraso da liberação, isso se dá realmente por que os próprios produtores procuram o banco somente quando tem perspectiva de bom inverno e aí demoram a fazer as propostas, atrasando o pedido.

Sem o crédito institucional, alguns produtores se vêm obrigados a recorrer a particulares. Isso acontece entre os arquê conseguem ou conseguem eventualmente, o arquê conseguem eventualmente. São 15,6% dos pesquisados que procuram empréstimos de particulares, que, muitas vezes, são os próprios intermediários do município.

O uso da batata-semente é um aspecto a destacar, dado a sua importância, à nível de produtividade. As variedades cultiva

das no município são: Aracy, Baraka e em menores proporções, Monalisa e Aracy Básica. Como mostra a Tabela 9, 62,5% dos produtores declararam fazer uso de semente selecionada; no entanto, destes, 15,6% fazem uso da variedade Aracy, que é uma semente trazida de Minas Gerais há mais de 10 anos. Ainda mais, 46,8% dos 62,6, usam também a semente Aracy misturada com a variedade Aracy Básica. Trata-se de uma semente mais nova conseguida há cerca de 3 anos, mas que não está bem difundida entre os produtores do município. Os três maiores produtores da amostra - em termos de hectares plantados - inseridos no estrato de 7,0 até 8,0 ha são os que fazem uso de uma mistura das sementes Aracy e Aracy Básica, conseguindo melhor produtividade.

COMERCIALIZAÇÃO

De acordo com tamanho, consistência e aspecto sanitário, a batatinha é classificada nos tipos 1, 2, 3 e 4. Dos produtores da amostra, 62,5% declararam que vendem o produto classificado, separando os tipos 1 e 2 que tem preços melhores, deixando os tipos 3 e 4 para semente.

Por se tratar de um produto bastante perecível, a comercialização é acordada, como mostra os dados da tabela 10 por 56,3% dos produtores, imediatamente depois da colheita e 43,7% vendem suas produções logo na época em que estão colhendo.

A venda é feita, na sua grande parte, na propriedade. Cerca de 87,5% dos produtores negociam suas produções a intermediários que vão aos sítios e adquirem o produto. Verifica-se que apenas 9,4% dos produtores levam a produção à CEASA - Central de Abastecimento - de Campina Grande e negociam diretamente. Como mostra a tabela 10 um só produtor entregou sua produção para a Cooperativa Agrícola Mixta de Esperança comercializar. Isso porque, 1989 foi o primeiro ano que a cooperativa efetuou a comercialização de batatinhas vendendo a de poucos produtores. A bordar-se-á o assunto com mais detalhe no ítem sobre a Cooperativa.

Como atestam os dados, a presença do intermediário é marcante no circuito de comercialização da batatinha, no município de Esperança. Existem, no referido município, seis intermediários que moram na cidade e são responsáveis pela compra direta ao produtor, constituindo-se no primeiro agente da cadeia de comercialização. Além da compra e venda de batatinha, todos eles têm outras atividades: compram e vendem gado, carro, estrume, etc. Dois deles são comerciantes instalados no município e nego

ciam outros gêneros alimentícios. Por outro lado, três deles estão ligados à atividade da produção propriamente dita, sendo que dois são proprietários, e um atua como meeiro onde oferece a semente e financiamento para o plantil, recebendo em troca metade da produção.

Com os intermediários fez-se entrevistas abertas, ao contrário dos produtores diretos com quem se teve amplo acesso para aplicar questionários. Dos entrevistados, apenas um considerou que a compra e venda de batatinha não se constitui num 'negócio lucrativo'. Mesmo os que têm ligação direta com a atividade da produção, admitem que a compra e venda de batatinha remunera melhor que produzir. Dois intermediários do município recebem por comissão, ou seja, eles na verdade, ^{estão representando} um comerciante atacadista de outro Estado e recebem comissão por cada saco de 60 Kg de batatinha que enviam. Um desses é o único que possui caminhão e ganha a comissão mais o frete.

No período de safra, os intermediários procuram os produtores em suas propriedades, acertam preços e enviam o carro para pegar as produções. Os preços negociados baseiam-se nos que são anunciados pelo rádio e esses têm como referência os preços negociados nas CEASAS de Campina Grande e de outros centros comerciais.

A produção de batatinha do município de Esperança é escoada para o Recife, João Pessoa, Caruaru, Natal, Fortaleza, Campina Grande, Belém, Teresina e São Luís. É negociada para CEASAS, restaurantes e supermercados.

Os intermediários são agentes diretos ou indiretos de grandes atacadistas localizados nas mencionadas praças acima.

A venda aos intermediários é, à luz da realidade, uma necessidade dos produtores. Representa a única forma ou a mais conveniente forma de comercializar suas produções. 50% dos produtores declaram que acham a atuação dos intermediários benéfica,

por que, para essa maioria - já que 9,4% não opinou -, entregar a produção a intermediários significa a única maneira que eles têm para vender, dado que não podem arcar com as despesas que teriam caso levassem para a CEASA ou vendessem diretamente aos consumidores. Eles argumentam que as despesas de transporte e os impostos são 'pesados' e que vendendo aos intermediários eles têm menos trabalho. 40,6% explicaram que os intermediários são prejudiciais porque 'só querem ganhar muito, comprando por preços menores' e não pagam à vista.

Geralmente, os intermediários não compram à vista. Só pagam aos produtores quando recebem os resultados de suas vendas. Passam de 8 a 15 dias para pagar os produtores. Esta situação difere da que a maioria dos trabalhos acadêmicos constata em diversas culturas onde o intermediário, geralmente, subordina o produtor adiantando dinheiro ou comprando toda a produção "na folha".

A atuação dos intermediários na comercialização de batatinha no município de Esperança, caracteriza, sobremaneira, a presença do capital comercial como apropriador do excedente gerado na referida produção. O intermediário é por um lado, o meio do produtor fazer chegar sua produção ao mercado. É uma necessidade. 'Um imperativo econômico'.

Em "A. Questão Agrária", Kautsky explica que "quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, tanto menos lhe era possível manter-se na fase primitiva da venda direta do produtor aos consumidores. Quanto maiores eram as distâncias e a duração dos mercados para os quais o camponês produzia, e mais lhe era impossível vender diretamente aos consumidores, tanto mais tinha necessidade de um intermediário." (Kautsky, 1980. 31)

O intermediário é necessário na medida em que serve de

ponte de ligação entre o pequeno produtor e o mercado. No entanto, o intermediário - representante do capital mercantil - é também o agente de apropriação do excedente gerado, através dos mecanismos de preços, ou seja, através dos atos de comprar barato e vender caro. O capital mercantil se valoriza através de trocas desiguais. Segundo Kay, "isso não é simplesmente um imperativo para o comerciante individual, nem uma exigência eventual que se possa satisfazer por trapaça - a troca desigual é uma condição geral de existência para o capital comercial em conjunto". (Kay, 1977.115)

A comercialização, dominada pelo capital comercial, nesse nível, é um problema para a grande maioria dos pequenos produtores de batatinha, como explicou um produtor: "a comercialização é pior até que o frigorífico, por que você tem que produzir com custos caros e depois da produção pronta você entrega para uma pessoa que não fez nada. Quer dizer, acho que é pior, porque se você pagasse caro no armazenamento e na comercialização você tivesse um preço que compensasse, tudo bem". Para grande parte dos produtores, os intermediários agem em comum acordo, no propósito de conseguirem preços baixos, apropriando-se do excedente à medida que elevam as margens de comercialização.

O caso da produção de batatinha encontram-se intermediários que estão também ligados à produção, ou seja, são também produtores, ^{quer} seja na condição de proprietário ou de parceria. Esses intermediários são unânimes em afirmar que a atividade comercial lhes proporciona uma remuneração melhor.

Um intermediário, por exemplo, que produz em parceria, dando a semente e adubos explicou que: "é melhor comprar dos outros, porque as condições de produção, quem diz é o tempo: pega uma crise, aí prejuízo na comercialização, por falta de inverno, ou

por falta de verão". Para ele, "o produtor é um sofredor. Se levanta quatro horas da madrugada e vai para dentro da lama. Eu me levanto às nove e vou tomar cerveja, para depois ir comprar a mercadoria dele". Quanto às despesas, fala que não perde nada. "Tudo, tudinho, sabe para quem fica caro? Para quem compra. Eu não perco nada, pode gastar o que gastar que vai para a mercadoria (...) Pago, mas tiro nas costelas dele (produtor) tudinho. Porque se eu perco numa mercadoria hoje, amanhã ganho na outra."

Outro intermediário que também é produtor, declarou que com o comércio de batatinha nunca teve prejuízo. "Eu faço meus negócios seguros, tanto minha compra como na minha venda. No período de compra e venda acontece de você ter um prejuízo. Você pode fazer uma compra de por exemplo 1500 sacos essa semana, e sobrar para a outra semana 200 sacos ou 300. Se o produto arriá um pouco de preço no comércio, você pode perder. Mas a nível global da safra eu nunca tive prejuízo em batatinha. Já tive prejuízo na roça, mas na comercialização não".

O capital mercantil se apropria do excedente da produção de batatinha também como capital usurário. Como já foi exposto, 15,6% dos produtores que não conseguem crédito institucional procuram empréstimo de particulares, sendo estes, muitas vezes, os intermediários da região. O capital usurário atua através de adiantamentos e empréstimos aos produtores e da transação retiram ganhos na forma de juros. Conforme a pesquisa, há casos de produtores que pedem empréstimos aos intermediários e vendem para esses a sua produção. Mas isso não se constitui em regra, na região. Tem-se também aqueles que pedem dinheiro emprestado mas não ficam sujeitos a vender ao prestador, a sua produção.

Além do viés mais direto de apropriação do excedente que é o capital mercantil via ação dos intermediários, o pequeno produtor da batatinha também perde parte do excedente na compra de insumos agrícolas com ágio, no pagamento de taxas de frigorificação, na compra de máquinas e no crédito rural.

A inserção do pequeno produtor no mercado implica no uso desses elementos. A produção de batatinha exige cada vez mais que o produtor esteja dentro do que se pode chamar, hoje, de condições 'normais' de produção, quanto ao uso do pacote técnico. Tal uso exige que o produtor, a cada ciclo produtivo destine parte do resultado da produção para aquisição/utilização desses elementos.

Do exposto, pode-se então inferir que o mercado é o meio de realização da produção e, ao mesmo tempo, é onde o excedente é apropriado pelas formas aqui citadas, sobretudo pela ação da rede de intermediários, que através da troca desigual, obriga o pequeno produtor a continuar apenas reproduzindo-se enquanto tal. Cabe aqui interrogar: o que tem feito a Associação de Produtores de Batatinha da Paraíba - APROBAPA e como atua a Cooperativa Agrícola frente a atuação dos intermediários?

A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BATATA-INGLESA DA
 PARAÍBA - APROBAPA E A COOPERATIVA AGRÍCOLA MIXTA DE
 ESPERANÇA - COMO ATUAM?

Inicialmente, tem-se que da amostra pesquisada, 84,4% dos produtores são associados a APROBAPA - Associação dos Produtores da Batata da Paraíba.

A APROBAPA foi fundada em 18 de setembro de 1981 por um grupo de 11 produtores. Segundo seu presidente - no cargo desde a fundação - o surgimento da Associação derivou da necessidade de se organizarem face ao crescente plantio de batata no Estado da Paraíba, sobretudo no município de Esperança. Ela foi criada, com caráter associativista, sem fins lucrativos. Depois abriu-se um precedente para a comercialização de insumos agrícolas, o que não se verificou, pois o intuito era apenas estar precavido caso aparecesse alguma linha de financiamento. Este precedente aberto serviu para que, há cerca de três anos, a entidade adquirisse, em Minas Gerais, batata-semente e continua aberto até hoje, com mesmo objetivo inicial, conforme informou o presidente.

A Associação engloba os produtores dos municípios de Esperança, Areial, Montadas, Puxinanã, Pocinhos, Lagoa Seca e Remígio, totalizando, hoje, 850 sócios, sendo representativo o município de Esperança com 350 associados. A participação dos sócios nas assembleias, como explica, o presidente, é mais representativa durante as épocas de discussão sobre os recursos de crédito de custeio.

Efetivamente, a APROBAPA tem uma política de divulgação da cultura da batatinha, realizando eventos festivos a cada final de comercialização, premiando os maiores produtores e patrocinando exposição dos melhores produtos. Também atua junto

a instituições governamentais, reivindicando atendimento das necessidades dos produtores no que diz respeito ao crédito rural e ao fim da taxaço de imposto sobre a comercializaço do produto. Isto é cabível pois a Paraíba é o único Estado que cobra imposto sobre a comercializaço da batatinha. Sobre isso, o presidente acentuou que a entidade não foi omissa, enviando à vários secretários, documentos, onde expõe para o governo, que o fim do imposto seria uma forma do Governo Estadual fomentar a produção

Particularmente, em 1986, a APROBAPA fez um trabalho de acompanhamento da quantidade de batata-semente que entrava no frigorífico. É que em 86 houve uma maior procura por parte dos produtores em armazenar batata-semente, ultrapassando a capacidade do frigorífico que é de 1000 toneladas, enquanto se tinha 2100 a serem armazenadas.

Quanto à comercializaço, a APROBAPA se prende a divulgar, através do rádio, os "preços do dia", de acordo com a orientação do SIMA - Sistema de Informação de Mercado Agrícola. Segundo o presidente da Associação, a comercializaço é um problema, posto que os intermediários que atuam no município ditam os preços, puxando-os para baixo sob o argumento de que o produto não é de boa qualidade e que nas outras praças os preços são menores.

Por outro lado, a Associação, há três anos, vem orientando os produtores para venderem seus produtos a um intermediário com armazém estabelecido no município. Segundo opinião do dirigente da entidade, "no primeiro ano eles fizeram um grande trabalho, depois tiveram dificuldades também, por que dificuldades não só tem o produtor, dificuldades tem todo mundo, mas esse ano eles tão prometendo entrar firme e a eles a gente dá o aval, quer dizer eles já são reguladores. Não é que os outros

não mereçam credibilidade, mas aí, a ele, a gente dá o aval, a quem ele comprar a gente dá a certeza que vai receber". Esse intermediário trabalha com pagamento através de cheque.

Para o presidente da APROBAPA, o grande problema para os produtores é o crédito. "Tendo crédito na época certa. Se o produtor tem a certeza que ele tem financiamento na época oportuna, se houver qualquer incentivo à aquisição de sementes, a problemática da batatinha está solucionada. Porque a comercialização, a gente nunca pode dar uma receita, porque é um processo que a presença da iniciativa privada é ideal também (...). Eu acho que se prende tudo ao problema do crédito em época oportuna. Se o produtor em certeza que vai ter o empréstimo em dezembro, ele compra o adubo químico mais barato, ele compra o esterco de curral, ele estrutura o trabalho dele, ele organiza a época de plantio, sabe tudo, passa a administrar, quer dizer, passa a ser uma pequena empresa, a propriedade dele. Os outros são problemas sociais que acontecem e se discute ao longo do tempo, mas sem dinheiro ninguém discute esses problemas não".

Quanto à Cooperativa, tem-se que dos produtores da amostra, 75% são filiados.

A Cooperativa Agrícola de Esperança foi fundada em 18 de abril de 1951, com o caráter de uma cooperativa de crédito, para financiar a produção da batatinha do município. Um grupo político atuante na região que entendia a questão da produção de batatinha e que estava ciente do momento que se difundia, no país, o sistema de cooperativas, efetivou a criação de uma, em Esperança, passando na direção dela uns dez anos. Neste período a cooperativa foi muito favorecida com recursos. Conforme lembra o atual presidente, "naquela época era mais fácil as coisas no que diz respeito a saneamento de recursos. (...) Porém, utilizavam a cooperativa para interesses próprios, de forma que o

presidente foi eleito prefeito duas vezes e aí deu conta do recado, porque fez o lado dele e também supriu as necessidades que tinham os produtores de batata, na época".

A Cooperativa surge, portanto, em função da produção de batatinha. Depois, em 1966, a direção passa às mãos de outro grupo que a transforma em Cooperativa Agrícola Mixta de Esperança, passando a cuidar da comercialização e inaugurou o setor de revenda de insumos, fertilizantes, inseticidas, fungicidas, etc. A partir desta época, a função de agente creditício diminui, posto que, à nível nacional, se dá uma proliferação de agências bancárias levando o produtor a requerer crédito diretamente nos bancos. O grupo de 1966 dominou a Cooperativa durante cerca de onze anos, renunciando em 1976.

A época, o número de cooperados, segundo informou o atual presidente, variava em torno de 300, sendo que não havia participação efetiva deles, já que eram relegados a simples fregueses, sem participação política nas decisões da entidade.

Em 1976, com a renúncia do então presidente, a Cooperativa é fechada, ficando sem operar por quase três anos. Em 1979, um novo grupo, liderado por um militar, reabre a Cooperativa, ficando à sua direção até 1988.

A reabertura da Cooperativa, em 1979, foi estimulada por uma injeção de dinheiro através do POLONORDESTE. Neste ano, vieram para a entidade 15 milhões de cruzeiros, um trator, um caminhão, um automóvel e outros recursos para reformulação do prédio sede. "O POLONORDESTE botou muito dinheiro aqui dentro e, logicamente, aparecia governador, secretário de agricultura, deputados que vinham sempre às reuniões para ficar naquela história de ligar, de amarrar a Cooperativa com essas coisas da política", declarou o atual presidente.

Curiosamente, neste período, mesmo dispondo de recursos, a Cooperativa não entrou na comercialização da batatinha, que foi interrompida em 1972. Esse rompimento, segundo informou o atual presidente, se deu em função da ação de uma gan^{da} de intermediários que pressionou os produtores, conseguindo alijar a cooperativa do processo. O presidente explicou que formou-se uma rede de intermediários de comum acordo com o fiscal de coleta toria que os favorecia na sonegação de impostos; assim, foram ganhando espaço, na região. Por outro lado, também emprestavam dinheiro aos produtores, amarrando já a compra da produção. Essa época foi de enriquecimento de muitos atravessadores.

A Cooperativa passou então um período de dezesseis a nos sem comercializar a batatinha. Vendia somente a produção de algodão do município e servia basicamente, durante todo esse tempo, de posto de revenda de insumos agrícolas, fertilizantes, etc. Também repassou crédito agrícola até o ano de 1984. O ban co emprestava dinheiro à cooperativa a, por exemplo, 2% e a cooperativa repassava aos produtores a 3%, que era a taxa cobrada pelos bancos aos demais clientes. A partir daí, houve um corte de subsídios para os créditos e a cooperativa não pode mais prestar este serviço.

Em 1988, assume a direção da Cooperativa, o grupo que hoje a lidera. Hoje, a Cooperativa tem 1.600 filiados. Está atuando basicamente, na distribuição de insumos, de adubos, fertilizantes e na venda de algodão, milho e feijão. Quanto a venda de batatinha, está retomando a atividade há dois ^{anos}, tendo há um ano, desenvolvido uma experiência que, a princípio atingiu poucos produtores. A cooperativa, em 1989 comprou a produção de alguns, colocou a batata no frigorífico, por um determinado tempo, esperando preço; e conseguiu vender acima dos preços ofere-

cidos pelos intermediários.

Porém, a experiência não atingiu a maioria dos produtores, e tiveram que vender aos intermediários. Segundo dados da pesquisa, 84,4% dos produtores declararam que a Cooperativa não tem uma atuação que beneficia o produtor, já que ela serve apenas como posto de revenda; e os produtos são mais caros que no comércio, além de não vender à prazo. Por outro lado explicaram que a Cooperativa não tem recursos nem está organizada para comprar a produção de todos.

Para o presidente da Cooperativa, o grande problema é que o órgão não tem dinheiro e aí leva desvantagem em relação aos intermediários; porque o produtor é muito "immediatista", não espera que os preços subam, vende ao primeiro que aparece. O problema da comercialização é, para ele, a questão básica, "nós sabemos que o produtor pode ter terra para trabalhar, pode ter água, pode ter ferramenta, pode ter adubo, fertilizante, tudo. Mas se não tem comercialização, ele vai sair perdendo até o século XXX. (...) Quando o atravessador não está tomando do produtor aqui, ele toma do governo, sonegando imposto, toma lá na frente do consumidor. (...) O mercado nunca paga menos, quem pagamos é o atravessador". Pela experiência desenvolvida, a Cooperativa chegou a pagar pelo saco de 60 Kg até Cz\$ 60,00 (cruzados) e vendia por Cz\$ 75,00. Quando a batatinha custava Cz\$ 40,00 a cooperativa vendia por Cz\$ 50,00. Quando a Cooperativa pagava Cz\$ 40,00, os intermediários pagavam, no máximo Cz\$ 38,00, conseguindo já na compra extrair do produtor ganhos.

A Cooperativa recebeu, no ano passado (1989), recursos da SUDENE, na faixa de Cz\$ 40.000,00 (cruzados). Uma carraça de batata custava Cz\$ 120.000,00. Recebeu também, recursos para comprar a produção pelo PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Pro

autor, e para reforma do armazém. Através da Cooperativa, foi comercializada 15% da produção. Vendeu-se para quartel de polícia, restaurante, bar, para o Balcão da Economia, Universidades e para feira.

Quanto aos preços, a Cooperativa mantém contato com o SIMA, onde se baseia através dos preços das CEASAs ?

N O T A S - CAPÍTULO III

- (1) - Moradores usufrutuários - são os que moram e usufrui da terra sem qualquer espécie de pagamento. Tem usu-fruto da unidade produtiva.
- (2) - Pequena propriedade é a que tiver área menor que o módulo rural do município que é 12 ha.
- (3) - A frigorificação é feita no Armazém da CIBRAZEM. Este começou a funcionar em 1979. Conforme informou o gerente o frigorífico foi construído em atendimento as reivindicações feitas, face o aumento da produção de batatinha, na década de 70. A capacidade do frigorífico é de 1000T. Os produtos chegam ao frigorífico arrumados em caixas plásticas com capacidade para 30 kg e são levadas para câmara frigorífica, onde passam de 6 a 7 meses em temperaturas que variam de 4 a 6 graus centígrados
- (4) - A batata, segundo instruções técnicas do CNP, é comercializada em sacos de 60 kg e classificada da seguinte maneira:
Classificação por tamanho:

Tipo	Diâmetro Transversal
I - graúda ou especial	- acima de 45 mm
II - média ou primeira	- entre 33 e 45 mm
III - miúda ou segunda	- entre 23 e 33 mm
IV - miudinha	- entre 20 e 23 mm

- Considerações finais

- Bibliografia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o tamanho da amostra não permita amplas generalizações, pode-se apontar alguns aspectos acerca do processo produtivo da batatinha, no município de Esperança.

A produção de batatinha, no município de Esperança constitui-se numa pequena produção mercantil, onde predomina o trabalho familiar e, temporariamente, contrata-se mão-de-obra assalariada. É uma produção especializada.

A cada ciclo produtivo, a referida produção cria um excedente, ou seja, a produtividade do trabalho desenvolvido na produção de batatinha vai além do necessário ao próprio sustento da unidade familiar. O excedente não é, portanto, eventual, ele é gerado ao final de cada ciclo e, é condição necessária para a inserção do produtor no mercado.

O mercado é o espaço de realização do excedente e o campo de luta pela sua apropriação.

Da inserção do produtor ao mercado depende a reprodução da unidade produtiva, posto que, é através da venda da batatinha que o produtor obtém a renda que lhe permite adquirir os bens de consumo que necessita.

Por outro lado, a forma atomizada como está organizada a produção de batatinha torna-a um campo fértil para a dominação do capital na esfera da comercialização, através da rede de intermediários que se instala desde a compra do produtor direto até o mercado consumidor.

A comercialização se dá, na sua grande maioria, através da intervenção dos intermediários. A ação dos intermediários caracteriza a presença do capital mercantil como apropriador do excedente gerado. O capital mercantil valoriza-se, mediante tro

cas desiguais e através delas o produtor é expropriado pelos intermediários que agem na região, na medida em que estes últimos com maior poder de barganha, sempre conseguem menores preços e vendem mais caro.

A ação dos intermediários, no município de Esperança é intensa e histórica, não permitindo que os estímulos de preços cheguem aos produtores diretos por serem apropriados, na esfera da comercialização.

A luta pela apropriação do excedente, até agora, tem se dado com a pressão dos intermediários sobre os pequenos produtores em aumentar cada vez mais suas margens de comercialização. O pequeno produtor não tem encontrado saída. primeiro, porque, a Associação dos Produtores de Batata da Paraíba, da qual participa, não age frente a ação dos intermediários, chegando até mesmo a incentivar a venda a um destes, como já foi citado anteriormente. E, segundo seus conceitos associativistas, a "política é de divulgação da cultura de batatinha".

Por outro lado, constata-se que a Cooperativa - que teoricamente é vista como o melhor instrumento para viabilizar o esforço de produção e da comercialização de pequenos produtores, dando-lhes poder de competição e maior poder de barganha frente ao mercado -, não tem cumprido sua finalidade, servindo, basicamente de posto de revenda de produtos agrícolas, além de estar com sua história amarrada a interesses de grupos políticos que atuavam/atuam, na região.

B I B L I O G R A F I A

- ANDRADE, Manoel Correia de. e Gisélia Franco Potengi. Dinâmica das Micro-regiões de Intensa Atividade Migratória. Vol. 2 SUDENE - Ministério do Interior - Recife, 1980.
- ARCHETTI, Eduardo P. Cadernos Brasil em Debates. In: Economia Camponesa: Chayanov ou Marx? Número Especial. "Marx na atualidade". Publicação do Departamento de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades da UFPB - Campina Grande. 1987.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. Revista Econômica do Nordeste, in: Comercialização Agrícola, entraves ao Desenvolvimento da Pe na Produção do Nordeste. Vol. 19. nº 2. Banco do Nordeste do Brasil, 1988.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Capitalismo e Pequena Produção na Agricultura do Nordeste. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1978.
- _____, Ricardo de Medeiros. Crescimento Econômico e Estrutura Agrária (A Dinâmica da Agricultura Nordestina: 1950/80) Versão apresentada ao PNDE - Programa Nacional de Pesquisa Econômica - Série Fac-Símile nº 23. Rio de Janeiro, 1985.
- CARVALHO, Otamar de. A Economia Política do Nordeste (Seca, Irrigação e Desenvolvimento). Rio de Janeiro: Campus: Brasília: ABID, 1988.
- CASTRO, Ana Célia. e Outros. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira. Brasília. BINAGRI, 1979.
- CERVO, Amado Luiz. e Pedro Alcino Bervian. Metodologia Científica. 3ª ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.

- FREITAS, Jerônimo Lemos de. in: Alguns Problemas Enfrentados Pela Cultura de Batata-Inglesa no Agreste da Paraíba. Revista do 6º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Editora Massangana. Recife, 1985.
- INCRA. Estatísticas Cadastrais, 1989.
- IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba. Sinopse, 1985.
- IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. 1989.
- KAGEYAMA, Angela A. A Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura - Uma Análise Regional. Tese de Doutorado - Campinas, 1986.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. 3ª Edição. Proposta Editora. São Paulo, 1980.
- KAY, Geoffrey. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento; Uma Análise Marxista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- MANDEL, Ernest. Iniciação a Teoria Econômica Marxista
- MOBRAL. Livro do Município de Esperança. Coleção Livros dos Municípios - 1ª Edição. 006/171. Projeto Gincana Cultural/83 "Descubra a Paraíba".
- PEIXOTO, Carlos Alfredo. Os Problemas da Pequena Produção Rural Uma Contribuição para o seu entendimento e para a busca de soluções. Projeto PNUD/FAO/BRA/80/001. Brasília, 1984.
- REVISTA DA EMBRAPA. Instruções Técnicas do CNP. Hortaliças. Janeiro, 1985.
- REVISTA SAÚDE. Batatas, Quem Diria. Um Senhor Alimento. Editora Abril. 1986.
- SANTOS, Rosalvo Ferreira dos. Apropriação do Excedente da Produção Hortigranjeira no Brejo Paraibano - Estudo de Caso - O Município de Alagoa Nova. Monografia. UFPB. Campina Grande, 1989.

- SOARES, Luiz Eduardo. Campe sinato: Ideologia e Política. Coleção Agricultura e Sociedade. Zahar Editora. Rio de Janeiro, 1981.
- VAN DER LINDEN, Marta. M.G. Sobre a Organização da Produção de Banana no Município de Bananeiras - Paraíba (1970 -1984). Dissertação de Mestrado em Economia Rural. UFPB. Campina Grande 1985.
- VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme (O Caso da Agricultura no Capitalismo) in: AMIN & VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro 1977.
- WILKINSON, John. O Estado, A Agroindústria e a Pequena Produção Editora Hucitec. Cepa/BA. São Paulo-Salvador 1986.

Anexos

TABELA L

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR ESTRATO DE ÁREA
DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA

ESTRATO	Nº DE ESTABELECIMENTOS	%	TOTAL EM (HA)	%
Menos de 1,0	162	9,31	77	0,54
1,0 a menos de 2,0	470	27,03	536	3,79
2,0 a menos de 5,0	691	39,73	1.991	14,06
5,0 a menos de 10,0	223	12,82	1.468	10,37
10,0 a menos de 20,0	94	5,40	1.187	8,38
20,0 a menos de 50,0	65	3,73	1.840	13,00
50,0 a menos de 100,0	17	0,98	1.274	9,00
100,0 a menos de 200,0	10	0,58	1.385	9,79
200,0 a menos de 500,0	02	0,12	750	5,30
500,0 a menos de 1000,0	04	0,24	2.650	18,71
1000,0 a menos de 2000,0	01	0,06	1.000	7,06
TOTAL	1.739	100	14.158	100

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1985 - FIBGE

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR ESTRATO DE ÁREA
DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA

ESTRATO (Ha)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	%	TOTAL EM (HA)	%
01 a menos de 20	1.640	94,31	5.259	37,14
20 a menos de 200	92	5,29	4.499	31,78
200 a menos de 500	02	0,11	750	5,30
500 a menos de 2000	05	0,29	3.650	25,78
TOTAL	1.739	100	14.158	100

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1985 - FIRGE

TABELA 3

ÁREA POSSUÍDA, ÁREA OCUPADA COM BATATA

SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - 1990 - (AM)

Grupo de área das unidades produtivas	Nº de produtores	%	Área possuída (ha)	%	Área ocupada com batata
0,0 — 10,0	18	56,1	89,5	21,7	
10,0 — 20,0	8	25,0	108,5	26,3	
20,0 — 30,0	2	6,3	51,0	12,3	
30,0 — 40,0	2	6,3	65,0	15,7	
40,0 — 50,0	2	6,3	99,0	24,0	
TOTAL	32	100	413,0	100	

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 1990

+ Morador-usufrutuário é considerado o produtor que tem uso-fruto da terra de sua unidade produtiva.

TABELA 4

ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE

DA BORBOREMA - PARAÍBA -

Grupos de área (ha)	Nº de Estabelecimentos
Menos de 10,0	23.582
10,0 ——— 100,0	2.702
100,0 ——— 1000,00	503
1000,0 ——— 10.000,0	38
Mais de 10.000,0	-
TOTAL	26.825

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - FIBGE

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DA UNIDADES PRODUTIVAS

- AMOSTRA PESQUISA

Especificação Grupos de área de Unidades Produtivas (ha)	Classificação das Propriedades	Nº de Produtores	%	Área total class.
0,0 até 12,0	Pequena	17	62,3	100
+ de 12,0 a 35,0	Média	8	29,6	100
acima de 35,0	Grande	2	7,4	100
TOTAL	-	27	100	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 1990

TABELA 6

NÚMERO, ÁREA TOTAL E ÁREA
MUNICÍPIO DE ESPERANÇAS

Discrimi- nação Categorias	Nº de Imóveis	%	Área total (ha)
Minifúndio	1.078	84,5	4.011
Empresa Rural	64	5,0	3.357
Latifúndio por Exploração	134	10,5	6.484
Latifúndio por Dimensão	-	-	-
TOTAL	1.276	100	13.853

FONTE: INCRA - ESTATÍSTICAS CADASTRAIS -

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS
SEGUNDO A CATEGORIA DO TRABALHO UT
- (AMOSTRA PESQUISA)

Grupos de áreas das unidades produtivas (ha)	Nº de produ- tores	Categoria de Trabalho		
		Só a família	Família e Diaristas	Part lia
0,0 ————— 5,0	07	02	02	
5,0 ————— 10,0	11	-	06	
10,0 ————— 15,0	06	-	01	
15,0 ————— 20,0	02	-	02	
20,0 ————— 25,0	01	-	01	
25,0 ————— 20,0	01	-	01	
30,0 ————— 35,0	01	-	-	
35,0 ————— 40,0	01	-	-	
40,0 ————— 45,0	-	-	-	
45,0 ————— 50,0	02	-	-	
TOTAL	32	02	14	

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 1990

TABELA 8

QUANTIDADE PRODUZIDA, MEIOS DE TR.
POR GRUPOS DE ÁREA - MUNICÍPIO

Grupo de área plantada com batatinha (ha)	No de produ- tores	Produção de 1989 em Kg	Meios de Trabalho utili- na produção		
			Enxada	Arado	Pulveriz- Motor
0,0 — 1,0	02	1.800	02	-	01
1,0 — 2,0	11	84.660	11	04	06
2,0 — 3,0	09	122.100	09	03	07
3,0 — 4,0	01	15.600	01	01	01
4,0 — 5,0	-	-	-	-	-
5,0 — 6,0	01	20.400	01	01	01
6,0 — 7,0	05	148.080	05	05	05
7,0 — 8,0	03	184.200	03	03	03
TOTAL	32 ⁺	576.840	32	17	24

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 1990

+ Um dos produtores da amostra de-
clarou que 1989 foi o primeiro ano
de plantação.

TABELA 9

ACESSO AO CRÉDITO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA
 POR GRUPOS DE ÁREA PLANTADA COM
 - (AMOSTRA PESQUISA)

Grupo de área plantada com batatinha (ha)	Nº de produ- tores	%	Conse- que cré- dito	%	Recebe Assistên- cia técni- ca	%
0,0 — 1,0	02	6,3	-	-	-	-
1,0 — 2,0	11	34,4	04	12,5	08	25,0
2,0 — 3,0	09	28,1	04	12,5	08	25,0
3,0 — 4,0	01	3,1	01	3,1	01	3,1
4,0 — 5,0	-	-	-	-	-	-
5,0 — 6,0	01	3,1	01	3,1	01	3,1
6,0 — 7,0	05	15,6	05	15,6	04	12,5
7,0 — 8,0	03	9,4	03	9,4	03	9,4
TOTAL	32	100	18	56,2	25	78,1

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 1990

TABELA 10

ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PR
NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA -

Grupos de área plantada com batatinha (ha)	Nº de pro dutores	%	Epoca de venda		
			Epoca da colheita	%	Depois colhei
0,0 ——— 1,0	02	6,3	-	-	02
1,0 ——— 2,0	11	34,4	03	9,4	08
2,0 ——— 3,0	09	28,1	05	15,6	04
3,0 ——— 4,0	01	3,1	01	3,1	-
4,0 ——— 5,0	-	-	-	-	-
5,0 ——— 6,0	01	3,1	01	3,1	-
6,0 ——— 7,0	05	15,6	02	6,3	03
7,0 ——— 8,0	03	9,4	02	6,3	01
TOTAL	32	100	14	43,7	18

FONTE : PESQUISA DE CAMPO - 1990

+ Esse foi o único da amostra que colocou a produção para coopera
tiva vender.

Q U E S T I O N Á R I O

APLICADO AOS BATATICULTORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA EM
PESQUISA DE CAMPO - 1990

A - IDENTIFICAÇÃO

1 - Nome completo _____

2 - Nome do Sítio _____

3 - Além da agricultura, desenvolve outra atividade?

1. Sim () 2. Não ()

4 - Em caso positivo, que atividade?

5 - Pertence a alguma associação?

1. Sim () 2. Não ()

6 - Caso não, por que?

7 - Caso sim, qual?

1. Cooperativa ()

2. Sindicato de Trabalhadores Rurais ()

3. Sindicato de Produtores ()

4. APROBAPA ()

5. Outros ()

8 - O sr. frequenta assembléias, reuniões?

1. Sim () 2. Não ()

9 - Caso não, por que?

10 - Caso sim; como

1. Sempre 2. Às vezes ()

B - PRODUÇÃO

1 - Regime de exploração:

1. Proprietário () 2. Posseiro ()

3. Arrendatário () 4. Morador ()

5. Outros ()

2 - Área total explorada (1 + 2 + 3 + 4 + 5)

1. qual a área possuída _____ Ha

2. qual a área arrendada de outros _____ Ha

3. qual a área recebida em parceria _____ Ha

4. qual a área arrendada para outros _____ Ha

5. qual a área dada em parceria _____ Ha

- 3 - Se o sr. arrenda terra de outros, qual o período médio do arrendamento? _____
- 4 - Qual o valor do arrendamento pago? Cr\$ _____
- 5 - Se o sr. arrenda para outros, qual o período? _____
- 6 - Qual o valor do arrendamento cobrado? Cr\$ _____
- 7 - Se tem terra em parceria, como se dá?
 1. Meia () 2. Terça () 3. Outros ()
- 8 - De sua área, quanto o sr. planta de batatinha? _____ ha
- 9 - No último ano (1989) quanto o sr. produziu? Em toneladas?

- 10 - Quanto obteve com a venda? Cr\$ _____
- 11 - No cultivo da batatinha o sr. emprega?
 1. Toda família ()
 2. Parte da família ()
 3. Trabalhadores diaristas ()
 4. Trabalhadores assalariados permanentes ()
 5. A família + trabalhadores diaristas ()
 6. Parte da família + diaristas ()
 7. Outros ()
- 12 - Despesas:
 1. quanto o sr. gasta, semanalmente, com a família? Cr\$ _____
 2. quanto o sr. paga aos diaristas? Cr\$ _____
 3. quanto o sr. pagou aos trabalhadores permanentes? _____
- 13 - O sr. trabalha fora de sua propriedade, para outra pessoa?
 1. Sim () 2. Não ()
- 14 - Caso sim, quanto recebe? Cr\$ _____
- 15 - Outros membros da sua família trabalham nas terras de outros?
 1. Sim () 2. Não ()
- 16 - Caso sim, quanto recebem? Cr\$ _____
- 17 - Quais os instrumentos de trabalho que o sr. utiliza?
 1. Enxada () 2. Arado à tração animal ()
 3. Arado humano () 4. Arado à tração mecânica ()
 5. Trator () 6. Outros ()
- 18 - Os instrumentos são:
 1. Próprios
 2. Có-propriedades
 3. Alugados ()
- 19 - O sr. utiliza adubos e defensivos?
 1. Sim () 2. Não ()
- 20 - Caso não, por que?

1. Não pode comprar
 2. A terra não necessita
 3. Nunca usou
 4. Outros ()
- 21 - Caso sim que tipo de adubo o sr. utiliza?
1. Químico
 2. Orgânico
 3. Ambos ()
- 22 - Quanto gasta com adubos? Cr\$ _____
- 23 - E defensivos, qual o tipo que o sr. utiliza?
1. Fungicida
 2. pesticida
 3. herbecida
 4. Outros ()
- 24 - Quanto gasta com defensivos? Cr\$ _____
- 25 - A quantidade de adubos e defensivos é suficiente?
1. Sim ()
 2. Não ()
- 26 - Caso sim, onde compra? _____
- 27 - Caso não, por que? _____
- 28 - Se não são suficientes, quais as consequências?

- 29 - Tem água suficiente o ano todo?
1. Sim ()
 2. Não ()
- 30 - Além da batatinha o sr. planta outros produtos?
1. Sim ()
 2. Não ()
- 31 - Caso sim, quais?
1. Feijão ()
 2. Milho ()
 3. Algodão ()
 4. Outros _____ ()
- 32 - O sr. planta:
1. para consumo ()
 2. para venda ()
- 33 - Quantas horas, em média o sr. trabalha? _____
- 34 - O sr. faz uso do frigorífico?
1. Sim ()
 2. Não ()
- 35 - Caso sim, quanta paga? Cr\$ _____
- 36 - Como é o pagamento? _____
- 37 - Caso não, por que? _____

cola?

1. Sim () 2. Não ()

5 - Caso sim, qual? _____

F - COMERCIALIZAÇÃO

1 - Normalmente, onde o sr. coloca a produção:

1. na cooperativa

2. vende para o intermediário, na propriedade

3. vende ao comerciante na CEASA

4. vende diretamente ao consumidor

5. outros _____ ()

2 - Caso não coloque na cooperativa, por que?

3 - A atuação da cooperativa lhe beneficia?

1. Sim () 2. Não ()

4 - Caso sim, de que forma? _____

5 - Caso não, por que? _____

6 - O sr. vende a produção:

1. antes da colheita

2. na época da colheita

3. após a colheita

7 - Se respondeu as alternativas 1 e 2, isto ocorre por que?

1. não tem condições adequadas de armazenamento

2. precisa de dinheiro para saldar débitos

3. precisa de dinheiro para manter a família

4. não compensa armazenar pois os preços não variam da colheita para outras épocas

5. os produtos são perecíveis

6. outros

8 - Em que se baseia para vender seus produtos?

1. preços escutados pelo rádio ()

2. preços dos vizinhos ()

3. preços da CEASA ()

4. preços baseados nos custos de produção ()

5. outros ()

9 - Considera a atuação dos intermediários:

1. benéfica () 2. prejudicial ()

10 - O sr. compra a produção de vizinhos?

1. Sim () 2. Não ()

- 11 - O sr. vende seus produtos:
1. a uma única pessoa ()
 2. a pessoas diferentes ()
- 12 - O sr. acha que obteria melhores preços se vendesse a ou tros compradores?
1. Sim ()
 2. Não ()
- 13 - O comprador de seus produtos lhe adianta dinheiro?
1. Sim ()
 2. Não ()
- 14 - Caso sim, quando:
1. antes do plantio
 2. antes da colheita
 3. depois da colheita
 4. durante a colheita
- 15 - É mais rentável vender quando:
1. a safra é fraca
 2. a safra é normal
 3. a safra é boa
- 16 - O sr. vende seus produtos classificados?
1. Sim ()
 2. Não ()